

DIREITOS HUMANOS

Mulheres discutem em Brasília igualdade de gênero e democracia

Daniella Almeida
Agência Brasil

Começa hoje (29) em Brasília a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM) com o tema Mais Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquistas para Todas. O encontro, que vai até quarta-feira (1º), é coordenado pelo Ministério das Mulheres (MMulheres) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Após quase dez anos, o espaço de participação social em torno da igualdade de gênero reunirá cerca de 4 mil participantes, entre delegadas, convidadas, observadoras, representantes da sociedade civil e expositores da feira de economia solidária.

A etapa nacional é resultado da mobilização que percorreu todo o país desde abril deste ano.

Na pauta de debates, as questões centrais são o enfrentamento às desigualdades sociais, econômicas e raciais; combate à violência contra as mulheres; aumento das mulheres em espaços de poder e decisão; fortalecimento das políticas de cuidado e de autonomia econômica; saúde, educação e assistência social; o fim da escala 6x1 e direitos reprodutivos, entre outras.

A Agência Brasil entrevistou a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, que falou sobre as demandas atuais e o processo de construção coletiva de políticas públicas.

Agência Brasil - Qual o significado da retomada da Conferência para as Mulheres após esse hiato de quase uma década?

Márcia Lopes - Em 2016, depois da 4ª Conferência Nacional, vem um governo que desmobiliza e desautoriza toda relação democrática e federativa. Houve um claro desfinanciamento das políticas públicas, os ministérios importantes foram extintos e não houve espaço para debate, para críticas e participação, mas uma clara decisão e intenção de acabar com as conferências, com os conselhos, com a participação social. Então, essa é a diferença desta nova edição do encontro. Nós tínhamos um contexto político muito pesado do ponto de vista da própria construção histórica do Brasil.

Com a interrupção das conferências, que é um processo que envolve municípios, regiões, estados e o nível federal, nós vivemos um silenciamento coletivo das mulheres.

Em 2023, tivemos a criação do Ministério das Mulheres. Então, é uma posição muito clara de um projeto político onde as mulheres têm a centralidade.

Agência Brasil - Qual a expectativa para o encontro?

Márcia Lopes - Vamos ter um contexto muito otimista para as mulheres ocuparem esse espaço que é tão importante. Um espaço de luta, de esperança, de visão do futuro.

Somos 110 milhões de mulheres no país e mulheres que vivem essa contradição da capacidade de reação, de participação, de construção, de resistência e, ao mesmo tempo, ainda da submissão ao machismo e a tantas formas de violência que são inadmissíveis. Então, agora, as mulheres vêm ávidas por participar, por ter voz, por ter vez, por ter voto. E isso aconteceu nas conferências municipais e estaduais.

Agência Brasil - Como foi a construção desse evento nacional a partir das conferências estaduais e municipais e das interações na plataforma "Brasil Participativo"?

Márcia Lopes - Nós tivemos quase mil conferências livres, onde os próprios grupos foram se organizando para tratar de temas que diziam respeito a eles. Mulheres jornalistas, mulheres idosas, mulheres com deficiência, mulheres negras, quilombolas, as LGBTQs [lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros]. Agora, estamos trazendo quase 1,3 mil mulheres das conferências livres, além de todas as outras que os municípios e estados enviaram como representantes.

Em quatro meses, andei por 16 estados e a nossa equipe [do MMulheres] participou das conferências estaduais que foram muito importantes, representativas, com mulheres de todos os segmentos, de todos os setores. E essa é a expressão da identidade do país.

A 5ª Conferência já sai vitoriosa do ponto de vista da motivação, da mobilização, dessa busca por uma construção coletiva de agendas comuns que respondam à vida das mulheres, seja do ponto de vista do protagonismo, da participação, do pertencimento, seja do ponto de vista do enfrentamento das graves violências que as mulheres ainda sofrem.

Agência Brasil - Por que é tão importante a realização de uma conferência nacional com representação de mulheres diversas?

Márcia Lopes - Uma coisa são os movimentos sociais,

os municípios realizarem atividades, se reunirem em grupos, em setores. Outra coisa é de fato oportunizar a mobilização social, organizar uma agenda comum de debates, de reflexões, de construção de propostas para aquilo que nós precisamos no Brasil, que é sempre uma política nacional de mulheres que olhe para todas as realidades e para toda a grande diversidade que temos no país.

Quando voltou o governo democrático popular, nós tivemos essa possibilidade de retomar o diálogo, a organização, a mobilização, a aproximação de todas, com muitas interações.

Agência Brasil - Quais são os maiores desafios na implementação de políticas públicas para mulheres no Brasil?

Márcia Lopes - O primeiro desafio que se coloca é que o Brasil é um país muito grande.

Nós temos um pacto federativo, mas temos também uma relação muito respeitosa às diferenças. Por isso, quanto mais as lideranças -- sejam parlamentares, sejam do Executivo -- forem unânimes em abraçar a causa das mulheres, as propostas, a política nacional, serão melhores. Mas, temos que construir esses processos política e coletivamente. De outro lado, temos tudo aquilo que depende da relação do Estado com a própria sociedade civil, com o setor empresarial.

Agência Brasil - Quais temas devem ser mais debatidos durante a conferência?

Márcia Lopes - Por exemplo, a Lei da Igualdade Salarial. Se o setor privado assumisse a lei prontamente, porque tem que ser cumprida sob pena de punição, de multa, as mulheres não só se empoderariam, como teriam muito mais autonomia econômica, financeira, para cuidar da sua família, para enfrentar os dilemas do próprio machismo que vivemos ainda.

Temos que enfrentar o desafio orçamentário. Não é porque muda um presidente que, imediatamente, as coisas também passam a funcionar de forma diferente, até porque o Congresso, hoje, tem outro poder, com a instituição do orçamento secreto, das emendas impositivas e a alocação dos recursos que são públicos. A correlação de forças mu-

dou. Isso exige mais negociação, mais compreensão, mais compromisso, mais pressão da própria sociedade para que os recursos sejam alocados onde devem ser.

Temos também a lei que criou a Política Nacional de Cuidados e que precisa, agora, ser regulamentada. Para o Plano Nacional de Política de Cuidados ser instituído tem que haver acordo entre todas as políticas, porque a saúde, educação, assistência social, cultura, agricultura, incluem cuidados. Mas é preciso incorporar especificidades, programas específicos nessa área. Por exemplo, as universidades podem ter cuidotecas à noite para as mulheres poderem estudar e saber que os seus filhos estão ali cuidados. Não se trata de creche, mas de um espaço de acolhimento e de cuidado.

Na saúde, temos a questão do atendimento domiciliar e o cuidado com as mulheres vítimas de câncer, a questão da saúde mental, uma demanda imensa das mulheres. Que o Programa Nacional de Saúde Mental seja, de fato, universalizado.

Nós estamos apostando muito no Plano Nacional de Política de Cuidados -- que deve ser construído também de forma interfederativa, ou seja, nos níveis federal, estadual e municipal. Tenho certeza que a própria conferência vai tratar disso.

Nós temos políticas públicas incríveis, que são referências para o mundo,

mas precisamos dar uma escala nacional para que cheguem a todas as mulheres, de grandes municípios, de capitais e de municípios que têm até 5 mil habitantes.

Agência Brasil - Quais são as estratégias para aprimorar a Rede de Proteção à Mulher, coordenada pelo Ministério das Mulheres, para, efetivamente, reduzir a violência de gênero e zerar o feminicídio nos próximos anos?

Márcia Lopes - Na rede de enfrentamento à violência [contra a mulher], o ministério tem o programa da Casa da Mulher Brasileira ou os centros de Referência da Mulher Brasileira, que integram todos os serviços. Mas um programa desse custa caro. Primeiramente para construir. Obra que integra o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Patrulha Maria da Penha, delegacias, o Instituto Médico-Legal (IML). E para que a mulher seja atendida nele, tem sempre uma equipe de assistente social, psicólogo, advogado, para acolher, para receber as mulheres. Por isso, temos que ter recursos para ampliá-lo, visto que há grande demanda nessa rede de proteção às mulheres vítimas de violência. A própria Lei Maria da Penha que, quanto mais executada, melhor, obviamente com resultados para a vida das mulheres.

AGRO GALAXY

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

Em Recuperação Judicial
CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 52.300.048.907 - Cód. CVM 02565-8

ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2025

1. Data, Hora e Local: No dia 16 de setembro de 2025, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede social da AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na Rua T-37, esquina com a T-12, nº 35, salas nº 2301 a 2311, 23º andar, Condomínio Comercial Connect Park Business, Anexo B, Setor Bueno, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74230-025. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretário: Luiz Conrado dos Santos Carvalho Sundfeld. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) nos termos do Artigo 21º, (xxiv) e (x) do Estatuto Social, a celebração do "Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças", a ser firmado por sua controlada Agro 100 Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - Em Recuperação Judicial, inscrita perante o CNPJ sob o nº 01.236.287/0001-16 ("Agro 100"), em conjunto com as Fiadoras (abaixo definidas) e o Kijani Asatalla Fiagro - Imobiliário - Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais, inscrito perante o CNPJ sob o nº 40.265.671/0001-07, entre outros, conforme os termos e condições constantes da minuta disponibilizada aos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Confissão de Dívida"); (ii) nos termos do Artigo 21º, (xvi) e (xxiv) do Estatuto Social da Companhia, a outorga de garantia fidejussória pela Companhia e por suas controladas, Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 01.292.579/0001-76 ("Boa Vista"), Grão de Ouro Agronegócios Ltda. - Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 13.722.785/0001-58 ("Grão de Ouro Agro"), Rural Brasil Ltda. - Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 14.947.900/0001-55 ("Rural Brasil"), Ferrari Zagatto Comércio de Insumos Ltda. - Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 80.798.499/0001-63 ("Ferrari Zagatto"), Campeã Agronegócios S.A. - Em Recuperação Judicial, inscrita perante o CNPJ sob o nº 18.941.564/0001-94 ("Campeã"), Agro Ferrari Produtos Agrícolas Ltda. - Em Recuperação Judicial, inscrita perante o CNPJ sob o nº 65.651.788/0018-90 ("Agro Ferrari"); Agrocot Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. - Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 07.375.630/0001-90 ("Agrocot"), em conjunto com a Companhia, a Boa Vista, a Grão de Ouro Agro, a Rural Brasil, a Ferrari Zagatto, a Campeã, a Agro Ferrari e a Agrocot, as "Fiadoras" na forma de fiança ("Fiança"), em garantia ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Confissão de Dívida; (iii) nos termos do Artigo 21º, (xvi) e (xxiv) do Estatuto Social da Companhia, a constituição, pela Companhia, pela Agro 100, pelas Fiadoras e/ou pelas demais sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, de cessão fiduciária sobre recebíveis de longo prazo decorrentes de confissões de dívida e/ou duplicatas renegociadas, emitidas perante determinados clientes da Agro 100, da Companhia, das Fiadoras e/ou das demais sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, em garantia ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Confissão de Dívida, mediante formalização do competente "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Cessão Fiduciária") e "Contrato de Cessão Fiduciária"; e (iv) a autorização aos membros da Administração da Companhia, da Agro 100, das Fiadoras e/ou das demais sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia a adotar todas as providências necessárias para (a) discutir, negociar e definir os termos e condições da Confissão de Dívida e do Contrato de Cessão Fiduciária; (b) praticar todos os atos necessários à celebração da Confissão de Dívida e do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos; e/ou (c) para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. **5. Deliberações:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a celebração, pela Agro 100, da Confissão de Dívida, conforme os termos e condições constantes da minuta disponibilizada aos membros do Conselho de Administração da Companhia, com a qual os membros do Conselho de Administração concordaram em sua integralidade. **5.2.** Aprovar a outorga de Fiança pela Companhia e pelas Fiadoras na Confissão de Dívida. **5.3.** Aprovar a constituição da Cessão Fiduciária pela Companhia, pela Agro 100, pelas Fiadoras e/ou pelas demais sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, mediante formalização do competente Contrato de Cessão Fiduciária. **5.4.** Autorizar os membros da Administração da Companhia, da Agro 100, das Fiadoras e/ou das demais sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia a praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento necessários à implementação da Confissão de Dívida, da Fiança, da Cessão Fiduciária e das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretário: Luiz Conrado dos Santos Carvalho Sundfeld. **Conselheiros presentes:** Sebastian Marcos Popik, Tomas Agustín Romero, Eron Martins, Luiz Carlos Passetti e Mônica da Cruz Lamas. Goiânia, 16 de setembro de 2025. **Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio.** Mesa: Sebastian Marcos Popik - Presidente, Luiz Conrado dos Santos Carvalho Sundfeld - Secretário. JUCEG - Certifico o registro em 25/09/2025 sob nº 20252481186, Protocolo 252481186 de 24/09/2025. Suzana Fontes Borges Filetti - Secretária-Geral.

AGROGALAXY DIGITAL pdf

Código do documento cabe32a4-7127-4fa6-a834-68483eb6573c



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

29 Sep 2025, 08:44:10

Documento cabe32a4-7127-4fa6-a834-68483eb6573c **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2025-09-29T08:44:10-03:00

29 Sep 2025, 08:44:38

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2025-09-29T08:44:38-03:00

29 Sep 2025, 08:44:57

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.223.41.117 (177-223-41-117.linqtelecom.com.br porta: 15626) - [Geolocalização: -16.6526976 -49.2240896](#) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2025-09-29T08:44:57-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6b1fb3fccac9fd6d08a401d57a5c6a03f57fe294e0ecf2f0ea23f5e5f6cde845

(SHA512):4d8f95253fa3635a5e1bb9c2ec73b2b2ee479d21c2c10a4d0fca5bb28d5ff4a3ad633c36a3f014751bfd85f6a85decdf2e0680158f547a06a5c44bb33c021079

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.